



Revista Brasileira de Educação

ISSN: 1413-2478

rbe@anped.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Educação
Brasil

Pucci, Bruno

Fórum dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação: apontamentos históricos

Revista Brasileira de Educação, vol. 12, núm. 36, setembro-dezembro, 2007, pp. 424-442

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27503604>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Fórum dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação: apontamentos históricos*

Bruno Pucci

Universidade Metodista de Piracicaba, Programa de Pós-Graduação em Educação

Apresentação

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) reúne duas categorias

* Este artigo teve sua origem no grupo de trabalho (GT) História do Fórum, criado durante a gestão de Anete Abramovicz e Ronaldo Lima, na 21ª reunião do Fórum, em 2005. Esse grupo era composto pelos seguintes coordenadores: Carlos E. Ferrazo (Universidade Federal do Espírito Santo – UFES), Marta Maria Pontin Darsil (Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT), Marília Amélia Almeida (Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR), Antônio de P. C. Lopes (Universidade Federal do Piauí – UFPI), Maria de Lourdes de A. Fávero (Universidade Católica de Petrópolis – UCP), Mariluce Bittar (Universidade Católica Dom Bosco – UCDB), Maria Cristina Gomes Machado (Universidade Estadual de Maringá – UEM), Maria das Graças S. P. Pinheiro (Universidade Federal do Amazonas – UFAM), Nádia Hage Fialho (Universidade do Estado da Bahia – UNEB), Marília Duran (Universidade Metodista de São Paulo – UMESp), Geraldo Inácio Filho (Universidade Federal de Uberlândia – UFU) e Ana Maria Casassanta Peixoto (Pontifícia Universidade Católica

de sócios: os institucionais, representados pelos coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Educação, e os individuais, professores e pesquisadores em educação, assim como pós-graduandos. Foi criada em 1978 e, desde o início, os coordenadores de programas tiveram participação em suas reuniões anuais, ora em encontros com representantes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e das agências de pesquisa, ora por iniciativa deles mesmos ou da Diretoria da ANPED. No decorrer das reuniões anuais da associação, os coordenadores fizeram desse espaço momentos ímpares para discutir, coletivamente, problemas comuns relacionados aos interesses de seus cursos, como, por

de Minas Gerais – PUC-MG), que participaram das reuniões, contribuíram com as primeiras discussões sobre a estrutura do texto, entrevistaram pesquisadores e enviaram-me documentos relativos à temática. Agradeço a todos, particularmente a Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero e Geraldo Inácio Filho, pela contribuição, e esclareço que por motivos conjunturais acabei redigindo sozinho este trabalho.

exemplo, a questão do mestrado em educação, em 1978, e do doutorado em educação, em 1979 e 1983; a função dos representantes da área junto à CAPES e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 1990, 1991; avaliação dos programas e das pesquisas em educação, em 1986, 1991 e 1992; a política de expansão dos programas, em 1983 e 1992; diretrizes e políticas de pós-graduação, em 1990 e 1991.

Em 1993, após longo período de experiências, foi criado no interior da ANPEd o Fórum dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação, com o intuito de discutir as políticas e as questões relacionadas aos programas. Assim, a ANPEd constituiu-se historicamente por duas instâncias complementares: os GTs, criados em 1981, que geravam condições para que os sócios individuais apresentassem e debatesses sua produção científica em suas diferentes temáticas; e o Fórum, reunindo os sócios institucionais representados pelos coordenadores de programas, que se preocupava principalmente com as políticas referentes aos cursos de mestrado e doutorado em educação.

Neste artigo proponho-me a:

- a) resgatar os principais desafios enfrentados pelos coordenadores de programas, desde o início da ANPEd (1978), passando pelos anos de constituição, institucionalização e legitimação do Fórum (1993-2002), até os dias de hoje (2007), com ênfase em cinco momentos específicos: fundação da ANPEd; nas reuniões que antecederam a criação do Fórum (1993); reconhecimento oficial do Fórum pela ANPEd (1996); aprovação de seu regimento interno (2002); e deste último período até os dias atuais (2003-2007);
- b) refletir sobre questões que fecundaram o debate e a atuação dos coordenadores nesses anos e compreender os caminhos que estão sendo construídos por eles no interior de sua associação.

Para tanto, utilizarei principalmente os seguintes documentos: *ANPEd – Trajetória da pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil* (Calazans, 1995), que se constitui no primeiro esboço de história do Fórum; boletins e relatórios das reuniões anuais da ANPEd; relatórios das reuniões do Fórum; *Revista Brasileira de Educação* n. 30; bem como entrevistas com pesquisadores que participaram de perto na criação e organização do Fórum.

Algumas questões-chave orientarão a organização do presente texto:

- a) o Fórum como instância da ANPEd e sua relação com a Diretoria da associação: órgão autônomo ou extensão da Diretoria?
- b) a principal tarefa do Fórum: discutir e intervir na política de pós-graduação: bandeiras e estratégias de luta;
- c) a política e a prática de avaliação dos programas: tensões, reações e construções.¹

A participação dos coordenadores na gestão da ANPEd (1975-1985)

A CAPES, já no ano de 1975, quando elaborava o *Programa de pós-graduação em educação: linhas operacionais*, tinha em mente criar uma associação

¹ Agradeço a Osmar Fávero, Jacques Therrien, Jésus de Alvarenga Bastos, Robert Verhine e Vera Maria Nigro de S. Placo pelas entrevistas concedidas. Agradeço a Carlos Roberto Jamil Cury, a Jacques Therrien e a José Pedro Boufleuer pela leitura atenta da segunda versão do texto, pelas contribuições dadas e pelos documentos enviados. Agradeço particularmente a Osmar Fávero e Lucidio Bianchetti pelas leituras rigorosas e carinhosas feitas às três versões do texto, pelas inúmeras sugestões, correções, informações dadas e pelos documentos enviados. Agradeço ainda às contribuições das bolsistas de apoio técnico e de iniciação científica Júlia Sebastiany Rodrigues e Soraia Maria dos Santos Pereira. Agradeço igualmente a Josianne F. Cerasoli pela leitura crítica da parte final do texto.

de pós-graduação em educação (CAPES, 1975). Sua proposta era criar associações de programas de pós-graduação. A ANPED é uma das poucas associações científicas que reúne sócios institucionais e sócios individuais. E os coordenadores ou representantes de programas de pós-graduação tiveram um peso significativo no surgimento dessa nova maneira de constituir-se uma associação.

A ANPED foi criada em março de 1978, no Instituto de Estudos Avançados em Educação, o mestrado em educação da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro (IESAE-FGV),² com o apoio da CAPES, na época dirigida por Darcy Closs. Estavam presentes à reunião 33 professores e alunos, representando 17 programas,³ e mais representantes da CAPES, do CNPq, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Centro Nacional de Recursos Humanos (IPEA/CNRH), num total de 41 participantes. Nessa reunião foi eleita a primeira diretoria, para o período de um ano, em eleição na qual concorreram duas chapas; a eleição foi disputada voto a voto,

² Mas, antes, a CAPES havia promovido reuniões com o objetivo de organizar uma associação nacional. Osmar Fávero, em entrevista realizada por e-mail em 15 de junho de 2005, menciona, por exemplo, uma reunião de coordenadores de programas, em Brasília, em novembro de 1975; Calazans (1995, p. 11) fala em reunião realizada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em agosto de 1976.

³ IESAE-FGV, Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), PUC-Rio, Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), PUC-SP, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal da Paraíba (UFPA), Universidade Federal da Bahia (UFBA), PUC-RS.

com decisão apertada (Ferraro, 2005, p. 51).⁴ Também foi elaborada a versão preliminar do estatuto da associação, cujo destaque principal foi a decisão de romper com a proposta de organização estimulada pela CAPES, congregando apenas os programas. Afirma Calazans que “houve uma discordância muito forte do grupo da UFRJ, que não aceitou a ANPED como foi criada.(...) Nos acusavam de fundar um sindicato de pós-graduação” (Calazans, *in* Bianchetti & Fávero; 2005, p. 156). E a ANPED constituiu-se inicialmente como Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação. Somente a partir da 4ª Reunião Anual, 1981, o termo “pesquisa” tomou seu lugar de direito na sigla da ANPED, que passou a denominar-se Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Como se vê, tensões e contratempos entre os coordenadores de programas e a CAPES estão presentes desde as origens da associação.⁵

Em maio de 1978, os sócios fundadores reuniram-se em Curitiba, por ocasião do seminário sobre a produção científica nos Programas de Pós-Graduação em Educação, e chegaram à versão final do estatuto da ANPED. Na ocasião foi aprovado o *Primeiro plano de trabalho*, no qual se incluía a promoção da 1ª Reunião Anual e a edição de um *Boletim Informativo*, como canal de comunicação entre os associados. É de notar-se que, de agosto de 1978, quando aconteceu a 1ª Reunião Anual, em Fortaleza, até outubro de 2006, por ocasião da reunião em Caxambu, foram 29 reuniões anuais ininterruptas. E os coordenadores de programas continuaram a ter um papel ativo no destino da associação, discutindo em seu interior questões relacionadas ao mestrado, ao doutorado e às pesquisas em educação.

⁴ Cf. também as entrevistas de Lucídio Bianchetti realizadas com Juracy C. Marques, e Lucídio Bianchetti e Osmar Fávero com Maria Julieta Costa Calazans, na *Revista Brasileira de Educação*, n. 30, set./dez. 2005.

⁵ Em 1978, ano de criação da ANPED, a área da educação já contava com 29 programas de pós-graduação, dos quais 25 de mestrado e quatro de doutorado (Brandão, *apud* Ferraro, 2005, p. 51).

As primeiras reuniões de coordenadores dos programas, realizadas durante as reuniões anuais da ANPED, aconteceram quase sempre com a presença das agências de avaliação e fomento, principalmente da CAPES e do CNPq, e trataram de questões referentes a avaliação, bolsas de estudo, credenciamento de cursos e outras providências afins. Segundo Calazans, a partir da 8ª Reunião Anual, realizada na PUC-SP em 1985, a ANPED e os programas ampliaram o tempo de reuniões e o leque da pauta de trabalho.⁶ Foi sugerido pela Diretoria da ANPED aos coordenadores que elaborassem, junto aos respectivos programas, documentos que viessem a subsidiar o debate sobre o tema central da reunião. Os trabalhos apresentados nesse momento ressaltaram questões vinculadas ao cotidiano dos cursos de pós-graduação, como: impasses metodológicos da pesquisa, representatividade da produção de conhecimento na área, falta de recursos financeiros, falta de incentivo à pesquisa educacional, deficiências estruturais dos programas e falta de participação da comunidade educacional na definição da política de pesquisa (Calazans, 1995, p. 30 e p. 47).⁷

Osmar Fávero⁸ lembra-nos outro momento importante da atuação dos coordenadores de pós-graduação, durante a 9ª Reunião Anual (Rio de Janeiro, 1986). Os coordenadores, sob o impacto da avaliação

⁶ Segundo Osmar Fávero, desde a 1ª Reunião Anual da ANPED os coordenadores eram convidados/convocados para as reuniões anuais, e até a 13ª Reunião Anual (1990) a Secretaria-Geral pagava as passagens e diárias dos coordenadores (entrevista realizada por *e-mail* em 15 de junho de 2005).

⁷ É de notar-se que, em 1985, o Brasil, sob a presidência de José Sarney (1985-1989), vivenciava uma grave crise econômica, com inflação galopante e significativo déficit público, que incidiu sobre a pós-graduação, minimizando as verbas federais destinadas à pesquisa. O II PNPG (1982-1985) retraiu os recursos destinados à pós-graduação e o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT) ficou esvaziado e deixou de repassar recursos para o sistema CAPES/CNPq/FINEP.

⁸ Entrevista concedida por *e-mail* em 15 de junho de 2005.

da CAPES realizada nesse mesmo ano, discutiram seus resultados e criaram um GT composto por Menga Lüdke (PUC-Rio), Ana Maria Saul (PUC-SP) e Nicanor Palhares de Sá (UFMT), para estudar a sistemática de avaliação e elaborar documento a ser analisado pelos coordenadores na reunião seguinte. Esse documento, intitulado *Proposta e sistemática de avaliação dos cursos de pós-graduação em educação*, foi discutido e aprovado pelos coordenadores presentes na 10ª Reunião Anual (Salvador, 1987), dele resultando um “projeto de teste piloto” a ser desenvolvido pela ANPED, sob coordenação por Menga Lüdke e Ana Maria Saul. Esse projeto foi aceito pela CAPES, mas não chegou a ser realizado, apesar do apoio de Ricardo Martins, na época diretor de Avaliação dessa agência, por vários motivos, sobretudo burocráticos.⁹

Os coordenadores decidem criar seu fórum de debate (1985-1993)

Os coordenadores de programas continuaram a ser convidados pelas diretorias da ANPED a participar de reuniões que antecederiam as reuniões anuais. O documento conclusivo da 11ª Reunião Anual (Porto Alegre, 1988) testemunha isso: “Consolidou-se, assim, a estrutura das Reuniões Anuais, totalmente alicerçadas nos Grupos de Trabalho e nas reuniões de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Educação” (ANPED, 1988, p. 1).

Osmar Fávero, como presidente da ANPED, na sessão de abertura da 12ª Reunião Anual (São Paulo, 1989),

⁹ A referida proposta foi apresentada por Menga Lüdke e Ana Maria Saul em um simpósio multidisciplinar organizado pela ANPED na 40ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (São Paulo, 1988) e publicada no *Boletim ANPED*, v. 9, n. 4, p. 33-40, out./dez. 1987. Informação detalhada sobre o encaminhamento do “projeto de teste piloto” consta da ata da reunião de coordenadores realizada na 11ª Reunião Anual (Porto Alegre, 1988), cf. *Boletim ANPED*, v. 10, n. 2-3, p. 55-56, abr./set. 1988).

destaca como um dos pontos fortes da gestão do biênio 1985-1989 “a constituição do Fórum dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação, que tem se reunido sistematicamente no primeiro dia dos encontros anuais” (ANPEd, 1989, p. 85). Na verdade o Fórum não tinha ainda sido criado formalmente, mas na prática já vinha atuando como tal, no interior da ANPEd.

A 13ª Reunião Anual da ANPEd tornou-se momento fundamental para a criação do Fórum dos Coordenadores. A reunião dos coordenadores de pós-graduação, dirigida pelo vice-presidente Ozir Tesser, contou com a presença de representantes das agências de fomento (FINEP, CNPq, CAPES e INEP), que expuseram as novas diretrizes e políticas de pós-graduação emanadas do governo federal.¹⁰ Os coordenadores julgaram os discursos das agências de fomento ambíguos em muitos pontos, e durante quatro reuniões discutiram tais temáticas. Mesmo assim, o tempo foi julgado insuficiente para avançar no debate e o grupo de coordenadores¹¹ considerou que essas questões deveriam ser encaminhadas pela ANPEd aos programas, devendo ser agendado um encontro específico para debater-las, com preparação prévia e presença dos coordenadores de todos os programas. A Diretoria da ANPEd, ao encaminhar a proposta às agências de fomento para solicitar apoio, assim se manifestou:

O evento se justifica em vista do fato de que estamos vivendo um momento de significativas e, até certos aspectos,

¹⁰ O Governo Collor de Melo (1990-1991), no contexto de uma reforma administrativa federal, extinguiu a CAPES em março de 1990. A reversão dessa decisão deu-se em abril do mesmo ano, graças à pressão da comunidade científica e da sociedade civil, inclusive da ANPEd. O Governo Collor, convivendo com um processo inflacionário cada vez mais elevado e com uma significativa instabilidade macroeconômica, relegou a um segundo plano as questões da ciência e da tecnologia, estagnando os investimentos nas políticas de pesquisas e de pós-graduação.

¹¹ Estavam presentes na reunião 34 coordenadores de programas credenciados pela CAPES e dois representantes de cursos em constituição.

tos, abruptas mudanças nos rumos da política científica e tecnológica, com reflexos diretos na política de Pós-graduação e Pesquisa. Os Coordenadores de Pós-Graduação em Educação em virtude da responsabilidade de que são acometidos, por estarem à testa dos cursos de formação de pesquisadores na área, não podiam se omitir diante da necessidade de efetuar um exame detido e sistemático do problema em pauta. Daí uma proposta dessa reunião técnica nacional, onde um assunto de tal magnitude poderá ser debatido coletivamente, somando-se com isso, as contribuições dos diferentes Programas de Pós-Graduação em Educação no País. (ANPEd, 1990, p. 34)

A 1ª Reunião Técnica Nacional de Coordenadores de Programas foi realizada na UNICAMP, em abril de 1991, e os participantes aprovaram, ao final da reunião, o documento *Política de pós-graduação e pesquisa em educação*, que apresenta “conclusões, recomendações e propostas de encaminhamentos”. Esse é o primeiro documento coletivo dos coordenadores de programas, a partir de um encontro de dois dias de discussões intensas, solicitado e preparado por eles mesmos, com o apoio da Diretoria da ANPEd. O texto,¹² no item “Política de pós-graduação e pesquisa”, recomenda:

A ANPEd, em sua função dirigente, assumirá a formulação de uma proposta de política de pós-graduação e pesquisa em educação, articulando os programas/cursos de pós-graduação e outros associados, bem como mediará essa proposta junto aos órgãos governamentais e suas agências. Essa proposta será formulada a partir da avaliação e sistematização da experiência e da produção científica constituídas pela pós-graduação e pesquisa em educação, ao longo do processo histórico da área, levando em consideração a análise e a crítica às políticas governamentais. (ANPEd, 1991b, p. 49)

O documento recomenda ainda que a ANPEd deverá coordenar uma avaliação nacional da pós-

¹² Redigido pelos coordenadores Bruno Pucci (UFSCAR), Lízia H. Nagel (UEM) e Teresinha Frões Burham (UFBA).

graduação e pesquisa em educação, dando especial relevância à sistematização de parâmetros acadêmico-científicos, para uma avaliação processual dos programas e da produção científica em educação que superasse os limites burocrático-administrativos. E, no item “Articulação entre os programas e cursos de pós-graduação, grupos de trabalho da ANPED e a própria ANPED”, faz duas indicações importantes: na primeira anuncia a necessidade da criação do Fórum Nacional dos Coordenadores de Programas; na segunda prevê o apoio aos seminários regionais de pesquisa em educação (as “anpedinhas” ou ANPEDs regionais):¹³

A ANPED promoverá ou apoiará a realização de:

- a) reuniões nacionais de coordenadores de pós-graduação para avaliar experiências e produção científica dos programas/cursos, com o objetivo de avançar nas propostas de política de pós-graduação e pesquisa;
 - b) encontros regionais de pesquisadores e de programas/cursos de Pós-graduação, para intercâmbio e para disseminação da produção acadêmico-científica.
- (ANPED, 1991b, p. 49-53)

Estavam dadas, na prática, as coordenadas e as condições para que os coordenadores – que sentiram a necessidade de reunirem-se fora das reuniões anuais da ANPED para discutir questões que repercutiam em seus programas; que solicitaram a convocação da reunião técnica; que elaboraram um documento coletivo, um tipo de manifesto; que solicitaram da ANPED apoio para a realização de outras reuniões nacionais – se institucionalizassem como um coletivo no interior de sua associação.

A 2ª Reunião Técnica dos Coordenadores transformou-se em uma reunião histórica: foi convocada pela Diretoria da ANPED, em abril de 1993, no Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro, em Belo Horizonte, para aprofundar as questões sobre política

de pós-graduação (sobretudo a avaliação) e sobre a produção e socialização do conhecimento, levantadas pelos coordenadores na 15ª Reunião Anual da ANPED.¹⁴ Foi durante sua realização que se deu a criação do Fórum, mesmo não constando tal fato da pauta da reunião. Eram tantas e tão complexas as questões que desafiavam os programas, nesse momento, que se fazia necessário outro tipo de organização.¹⁵

Na 2ª Reunião Técnica, em abril de 1993, em Belo Horizonte, tivemos contato em primeira mão com diversos dados do projeto *Avaliação e Perspectiva* e avançamos alguns pontos nos debates. Como várias questões continuaram represadas, criamos o Fórum, que passará a estimular e divulgar a discussão visando seu aprofundamento e as possibilidades de avanços do sistema como um todo, e de cada Programa com suas especificidades. (ANPED, 1993, p. 8)

Sem dúvida, foi esse um momento singular de crescimento e amadurecimento da ANPED. Propuseram como objetivo do Fórum “promover o contínuo processo de discussão centrado na questão de Política de Pós-Graduação em Educação no Brasil”, estabeleceram uma estrutura provisória de funcionamento até a próxima reunião anual da ANPED (setembro de 1993) e elegeram como coordenadores, nessa etapa de organização, Neidson Rodrigues (UFMG) e José André Angotti (UFSC).

Por que os coordenadores decidiram pela estrutura de Fórum, e não de GT? O relatório da 2ª reunião técnica apresenta duas razões fundamentais:

¹⁴ Cf. ANPED, 1992. A 15ª Reunião Anual, realizada em 1992, foi a primeira reunião da ANPED em Caxambu (MG). A partir daí, todas as outras reuniões anuais (com exceção de 2003, realizada em Poços de Caldas – MG) aconteceram em Caxambu.

¹⁵ No início de 1993, o Brasil, sob o comando de Itamar Franco (1992-1994), continuava enfrentando sérias dificuldades, como o descontrole inflacionário e a instabilidade política advinda do processo de *impeachment* de Collor de Melo. Em contrapartida, a queda de Collor representara um avanço significativo na organização da sociedade civil brasileira, com repercussões positivas na educação.

¹³ Em algumas regiões já existiam os seminários de pesquisas, que precisaram ser assumidos pela ANPED para obter apoio financeiro das agências governamentais.

A primeira se refere a uma ordem prática: como Fórum, o encontro é aberto a todas as pessoas interessadas em participar da discussão dos rumos da pós-graduação, independentemente de qualquer vinculação formal a um programa específico. De outro lado, como Fórum, passa a ter agenda própria no interior da reunião da ANPEd, o que não impediria aos coordenadores de Programas a participação, ainda que restrita, em Grupos de Pesquisa vinculados a seus interesses profissionais específicos. (ANPEd, 1993, p. 9)

As atividades de implantação do Fórum deram-se por ocasião da 16ª Reunião Anual, em Caxambu, realizada em setembro de 1993, e intensas sessões de GTs sobre os desafios para a pós-graduação em educação foram levadas a cabo. Nela foram eleitos como novos coordenadores Mirian Warde (PUC-SP) e Robert Verhine (UFBA).

Lê-se no relatório das atividades de implantação:

O Fórum implantado poderá/deverá catalisar os trabalhos comuns e manter relações constantes, enquanto representação institucional, com a Diretoria da ANPEd, reciprocamente, com o conjunto dos programas de pós-graduação.

O Fórum poderá manter representação nas iniciativas de avaliação, contribuindo para a participação de pares e mesmo acompanhando a avaliação externa da CAPES. Seu papel seria contribuir para alcançarem níveis qualitativos de avaliação, apoiados na Política de Pós-Graduação. (ANPEd, 1993, p. 13 e p. 17)

Na apresentação do *Boletim ANPEd* de 1993, o presidente da associação, Alceu Ferraro, assim se refere ao Fórum:

Por decisão dos próprios Coordenadores em sua II Reunião Técnica realizada em Belo Horizonte em abril de 1993, o Fórum dos Programas de Pós-Graduação em Educação, ali constituído, voltou a se reunir em Caxambu, desenvolvendo programação própria e simultânea à 16ª Reunião Anual. O Fórum decidiu que, no futuro, suas reuniões não mais coincidirão com as reuniões anuais da ANPEd. (*idem*, p. 4)

Para uma organização que iniciava suas atividades com autonomia e com agenda específica, era importante delimitar o espaço e o tempo próprio de suas atividades peculiares. Mas problemas de ordens prática e econômica levaram o Fórum, em reuniões subsequentes, a manter espaço nas reuniões anuais como momentos apropriados de encontros. Uma questão aparece o tempo todo nas entrelinhas desse processo e não quer se calar: por que os coordenadores de programas de pós-graduação, nesse momento, sentem a necessidade de criar uma instituição própria e autônoma à Diretoria da ANPEd? Fazem parte da ANPEd como representantes dos sócios institucionais e, ao mesmo tempo, buscam autonomia em relação a sua direção?

O reconhecimento oficial do Fórum pela ANPEd (1994-1996)

A 2ª reunião do Fórum, realizada em agosto de 1994, em Belo Horizonte, tornou-se muito importante para sua organização no interior da ANPEd. Embora seu coordenador tivesse tido direito à voz na assembléia final da 16ª Reunião Anual, o Fórum ainda era uma organização *in fieri*, tentando construir sua identidade. Mirian Warde, então coordenadora, analisando sua progressiva constituição, assim se expressa:

O Fórum não está ocupando o seu espaço. Ele tem que ser uma força própria e não apenas repetir as funções da ANPEd. Deve ocupar espaço entre os Programas e a CAPES. É importante que os coordenadores atuem diante da CAPES. Também é necessário alargar nossas discussões, não focalizando apenas as questões relativas às bolsas. (ANPEd, 1994, p. 15)

Nessa ocasião os coordenadores definiram a estrutura do Fórum. Vale a pena destacar o que segue: “Relação com a ANPEd: foi determinado que o Fórum é uma parte integrante da ANPEd, sendo ele uma reunião dos membros institucionais desta Associação [...]”. Apenas os programas de pós-graduação reconhecidos pelo Comitê Técnico-Científico (CTC) da

CAPES e formalmente filiados à ANPEd seriam considerados seus membros. “Foi também determinado que o coordenador do Fórum fosse convidado para as reuniões da Diretoria da ANPEd” (*idem*, p. 31).

Pouco mais de um ano depois de sua criação, há um avanço da posição dos coordenadores em relação à função do Fórum: *é uma parte integrante da ANPEd*. É de observar-se, porém, pelo teor do relatório, que essa proposta de constituição do Fórum gera a impressão de ele fechar-se em si mesmo. Como é que o Fórum pode determinar que ele seja parte integrante da ANPEd, que seu coordenador seja convidado para as reuniões da Diretoria da ANPEd? Além disso, a idéia inicial de instituir-se como Fórum, por essa forma ser mais aberta, sofre uma profunda restrição. Somente programas reconhecidos pela CAPES poderão ser membros efetivos do Fórum. A integração como sócio institucional à ANPEd restringiria o número de seus participantes?

No que diz respeito ao mandato de seu coordenador:

Foi decidido que o Coordenador tivesse mandato de um ano, sendo que o Vice-Coordenador eleito assumirá a posição do Coordenador no ano subsequente a seu mandato como Vice. Assim sendo, após uma eleição para Coordenador e Vice-Coordenador, será eleito apenas um Vice-Coordenador em cada ano subsequente. (*idem*, p. 32)

Essa proposta não foi levada adiante: Mirian Warde e Robert Verhine ficaram na coordenação por dois anos; bem como seus sucessores, Jacques Therrien (UFC) e Elisabeth Silveira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ). Somente em 2002, por ocasião da 25ª Reunião Anual da ANPEd, foi aprovado o regimento interno do Fórum, que assim definiu o mandato dos coordenadores: “Art. 4º – O Fórum terá um coordenador e um vice-coordenador, eleitos dentre os coordenadores dos programas associados para um mandato de dois anos, admitida uma recondução”.

Na 3ª reunião do Fórum, durante a 18ª Reunião Anual da ANPEd (Caxambu, 1995), sob a coordenação de Mirian Warde, a questão do papel e da organi-

zação do Fórum e seu espaço junto à ANPEd voltou a ser discutida, mas em tom mais propositivo. Entre as moções enviadas pelo Fórum à assembléia da 18ª Reunião Anual, duas traduzem essa observação:

O Fórum, objetivando dinamizar a articulação entre pesquisa e pós-graduação, solicita assento, com direito a voz, nas reuniões da Diretoria da ANPEd;

O Fórum, considerando a importância da base institucional para o desenvolvimento da pesquisa, reivindica à ANPEd que, ao ser feita a reformulação de seu Estatuto, defina a forma mais adequada para incluir este Fórum como uma das instâncias de seu organograma, normatizando as conseqüências decorrentes desta inclusão. (ANPEd, 1995, p. 32-33)

Como se pode ver, há um descompasso entre as propostas da reunião de agosto de 1994 e as moções apresentadas à assembléia da 18ª Reunião Anual em 1995, não obstante a última proposta representar um amadurecimento político do Fórum. Ainda merecem destaque nessa reunião a eleição da nova coordenação do Fórum, Jacques Therrien (UFC) e Elisabeth Silveira (UERJ), e a instituição das representações regionais dos coordenadores, que passaram a ter papel importante na organização dos encontros de pesquisas em educação nas diferentes regiões do país.¹⁶

Finalmente, durante a 19ª Reunião Anual da ANPEd (Caxambu, setembro de 1996), numa assembléia extraordinária, foi aprovada a mudança do estatuto da associação, no qual o Fórum de Coordenadores ganhou legitimidade:¹⁷

¹⁶ As primeiras representações regionais assim se instituíram com seus respectivos coordenadores: Região Norte (Miriam Trindade Garret – Universidade Federal de Alagoas – UFA); Região Nordeste (Edivaldo Boaventura – UFBA); Região Sul (Nilton Fischer – UFRGS); Região Sudeste 1/SP (Alípio Casali – PUC-SP); Região Sudeste 2/RJ, MG, ES (Antônio Flávio Barbosa de Oliveira – UFRJ); Região Centro-Oeste (Eurize Pessanha – UFMS).

¹⁷ A proposta do novo estatuto foi elaborada inicialmente, a pedido da presidente da ANPEd, Maria Malta Campos, por Osmar

Cap. VII: Do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação

Art. 25 – O Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação é uma instância permanente de organização dos sócios institucionais da ANPEd.

1º O Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação deve contribuir, no âmbito de sua atuação, para a consecução dos objetivos da ANPEd.

2º A Diretoria deverá consultar o Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação para elaboração do plano anual de trabalho, para nomeação de substituto para complementação de mandato de membro da Diretoria, conforme artigo 14, parágrafo único, inciso II, e, sempre que oportuno, para o desenvolvimento de suas atividades. (ANPEd, 1996, p. 10 e p. 45)

Estava assim constituído oficialmente o Fórum dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação, tornando-se, no interior da ANPEd, uma instância de organização de seus sócios institucionais. Sua relação com a Diretoria da associação foi definida formalmente, embora não se tenha conseguido levar avante algumas de suas reivindicações básicas – como, por exemplo, a participação do seu coordenador nas reuniões da Diretoria, com direito a voz, não obstante constar na apresentação do boletim da 19ª Reunião Anual: “A ANPEd mantém estreito contato com a coordenação do Fórum, convidando seu representante para as reuniões da Diretoria, envolvendo-o (*sic*) no planejamento da reunião anual e nas decisões da associação”.

Os termos que definem a presença do Fórum na ANPEd, bem como sua função, foram traçados, no estatuto, de maneira genérica e prudente. Assim consta na ata da referida assembléia extraordinária:

A proposta feita pela Diretoria tem o sentido de definir, em termos genéricos, as três instâncias já existentes

Fávero, José Silvério Baía Horta e Jésus Alvarenga Bastos; depois de sofrer algumas modificações pela Diretoria da associação, foi aprovada por unanimidade na assembléia extraordinária realizada na 19ª Reunião Anual (ANPEd, 1996, p. 201-202 e p. 231-235).

[Fórum dos Coordenadores, GTs e CTC], a fim de que, no exercício de sua autonomia, pudessem desenvolver melhor suas atividades, vindo a tomar, ao longo do tempo, a conformação que a dinâmica de cada uma evidenciasse conveniente. (*idem*, p. 232)

Mas a relação Fórum/Diretoria, mesmo definida pelo estatuto, permaneceu indefinida e tensa em diversos momentos de seu percurso histórico. Para Osmar Fávero,¹⁸ essa relação não está bem entendida:

O Fórum é uma instância da ANPEd e como tal não tem poder para dirigir-se diretamente à CAPES ou às agências de fomento. Isso não significa que seja uma extensão da Diretoria, que muitas vezes se vê obrigada a agir como a depositária da memória referida, quando não a assumir a convocação e mesmo a coordenação das reuniões. A dificuldade para elaborar e aprovar o regimento é um exemplo dessa dificuldade.

A tardia elaboração do regimento interno (1996-2002)

O Fórum fazia agora, formalmente, parte da ANPEd, enquanto congregação dos sócios institucionais; precisava, porém, definir sua própria constituição e aprovar, internamente e no interior da associação, seu regimento, fato que acontecerá apenas seis anos depois, em 2002.

A temática que mobilizava, na ocasião, os membros do Fórum em suas reuniões ordinárias era a avaliação dos programas pela CAPES. Isso se deu na 5ª e na 6ª reuniões (respectivamente, Brasília, maio de 1997, e Caxambu, setembro de 1997), sob a coordenação de Jacques Therrien. Nesta última foram nomeados coordenadores do Fórum Jésus de Alvarenga Bastos (UFF) e Maria Célia Marcondes de Moraes (UFSC).

Foram fixados como objetivos da nova coordenação:

¹⁸ Entrevista realizada por *e-mail* em 15 de junho de 2005.

a) Fortalecimento do Fórum enquanto instituição, interferindo em espaços estratégicos, como a substituição dos conselheiros do CNE [Conselho Nacional de Educação]; b) organização informativa/formativa estratégica, visando uma atuação coerente junto às agências de fomento; c) reforçar as Coordenações Regionais, de modo a manter informados os Programas, assim como aprofundar as posições políticas tiradas nas reuniões do Fórum. (ANPEd, 1997, p. 47)

Ao assumir-se como uma instância passível de interferir em questões de caráter político, o Fórum afirmava, mais uma vez, a necessidade de ser reconhecido não como mera extensão da Diretoria da ANPEd, mas como instância capaz de lutar por um destino mais auspicioso para a pós-graduação em educação no Brasil. Na visão de Jacques Therrien:

A princípio, a importância do Fórum foi reconhecida pelas diretorias da ANPEd, mas seu funcionamento ficou a cargo das iniciativas dos Programas e do seu Coordenador. Pareceu, de certa forma, como uma estrutura necessária, mas paralela à diretoria, com objetivos distintos. [...] Constituiu-se em um espaço ideal para o monitoramento do sistema da avaliação da CAPES e a busca de aperfeiçoamento dos processos de avaliação mais condizentes com a especificidade da área da educação e do campo das ciências humanas.¹⁹

Foi muito tensa a reunião dos coordenadores com a representante da área junto à CAPES, Mirian Warde, por ocasião da 7ª reunião do Fórum (Caxambu, setembro de 1998), sob a coordenação de Jésus de Alvarenga Bastos. A CAPES, mediante o documento *Reformulação do sistema de avaliação da pós-graduação: o modelo a ser implantado na avaliação de 1998*, tinha introduzido mudanças no processo avaliativo da pós-graduação, tais como: avaliação por programas, baseada em padrões internacionais de qualidade; mudança na escala de conceitos, que pas-

sou a incluir as notas 6 e 7; não-vinculação automática dos resultados ao sistema de fomento da CAPES; avaliação trienal a partir de 1998. Foi muito intensa a insatisfação e a reação dos coordenadores dos programas com os critérios de avaliação, as notas atribuídas no biênio 1996-1997 e a participação de nossos colegas representantes nesse processo. As conclusões e propostas da reunião demonstram isso:

1) Reconhecimento unânime da importância da avaliação da pós-graduação pelo sistema de acompanhamento e avaliação da CAPES; 2) reconhecimento unânime da importância da avaliação da pós-graduação por pares indicados pela comunidade científica da área; 3) importância de uma avaliação formadora e não punitiva e excludente; 4) insatisfação, na área, com o modelo de avaliação, os instrumentos utilizados e sua aplicação no processo de avaliação, que levaram a resultados em que a área não se reconhece; 5) insatisfação na área, pela verificação de que, por vezes, se constata nas fichas de avaliação, a presença determinante da subjetividade dos avaliadores; 6) preocupação com as conseqüências da avaliação para os cursos descredenciados; 7) necessidade de definição de concepções de programas de pós-graduação em educação (mestrado e doutorado), de modo a atender às diferenças institucionais; 8) definição de critérios e formas para a escolha da próxima representação da área junto à CAPES, bem como critérios e formas para a escolha dos membros da comissão de avaliação, de modo a garantir a efetiva participação dos programas nesse processo; 9) estudos sobre os mestrados interinstitucionais, cursos novos e seus impactos na pós-graduação; 10) constituição de um programa de apoio e acompanhamento aos cursos e programas em dificuldades; 11) definição do perfil institucional da área frente ao processo de avaliação; 12) estabelecer uma relação mais articulada entre o Fórum e a Comissão de Avaliação. (ANPEd, 1998, p. 165)

A assembléia geral da 21ª Reunião Anual também se posicionou com firmeza diante dos resultados da avaliação do biênio e propôs a constituição de uma comissão para redigir um documento que fizesse uma “avaliação criteriosa” do processo de avaliação da

¹⁹ Entrevista realizada por e-mail em 20 de maio de 2006.

CAPES, percebido, por parte de diversas manifestações, “como tendo se pautado em critérios homogeneizadores, quantitativos, como resultado de punição, exclusão e homogeneização”. Foi ressaltada ainda a necessidade de constituir-se uma maior articulação entre o Fórum e a Comissão de Avaliação, de modo que permitisse uma aproximação de um “olhar de fora” (da comissão) e um “olhar de dentro” (dos programas) em relação à avaliação (*idem*, p. 167).²⁰

Sem dúvida, de um lado, o Fórum dos Coordenadores saiu fortalecido politicamente desse embate por uma avaliação mais coerente dos programas da área da educação e teve o reconhecimento da assembleia da ANPEd, que lhe delegou funções específicas. Nesse processo, foi, paulatinamente, definindo sua configuração. De outro lado, evidenciava-se a difícil e ambígua posição do representante da área junto à CAPES. Ele é o representante indicado pela área, em contínua interação com ela; e, ao mesmo tempo, aquele que deve seguir, na avaliação, os critérios rigidamente estabelecidos pela agência governamental,²¹ com espaços limitados de intervenção em um sistema avaliador-coercitivo.²²

Nas reuniões do triênio 1998-2000, a temática dominante continuou sendo a avaliação. Havia sido escolhidas como coordenadoras do Fórum (setembro de 1998-setembro de 1999) Eunice Trein (UFF) e Valeska Fortes de Oliveira (Universidade Federal de Santa Maria – UFSM). Na 8ª e 9ª reuniões, ambas realizadas em Brasília (dezembro de 1998 e abril de 1999), foi discutido o documento “O modelo de ava-

liação da CAPES em discussão”,²³ elaborado por Bernardete Gatti, Marli André, Osmar Fávero e Vera Candau, bem como o perfil e as atribuições do representante da área junto à CAPES.²⁴ Na 10ª reunião do Fórum (Caxambu, setembro de 1999), além do diálogo com os representantes da área junto à CAPES e o encontro com o representante da área no comitê assessor do CNPq, Dermeval Saviani, foi eleita a nova coordenação, Vera Maria Nigro de Souza Placco (PUC-SP) e Marcos Villela Pereira (Universidade Federal de Pelotas – UFPEL), que dirigiram o Fórum até a 11ª reunião (Caxambu, setembro de 2000).

Nessa reunião debateu-se a problemática da educação à distância, os critérios para a aceitação dos novos sócios institucionais, o modelo de avaliação dos cursos, a proposta da CAPES sobre o mestrado profissional e foram escolhidos os novos coordenadores do Fórum, José Pedro Boufleuer (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ) e Marcos Corrêa da S. Loureiro (universidade Federal de Goiás – UFG). A primeira reunião dirigida por eles, a 12ª (Brasília, dezembro de 2000), constituiu-se em um momento significativo de produção e de debate do Fórum. Foram debatidos os relatórios preparados por três grupos de estudo sobre as temáticas “Mestrado profissionalizante”, “Parâmetros e critérios para programas 6 e 7” e “Educação a distância na pós-graduação”, subsidiando a tomada de posição do coletivo em relação a elas. Foi nessa reunião que o Fórum definiu sua posição sobre o mestrado profissionalizante, considerando o seu modelo não adequado para a área de educação. Na 13ª reunião (Rio de Janeiro, junho de 2001), entre outros temas,

²⁰ A comissão foi formada por Bernardete A. Gatti (Fundação Carlos Chagas – FCC – e PUC-SP), Vera Maria Candau (PUC-Rio), Osmar Fávero (UFF) e Marli André (representando a Diretoria da ANPEd).

²¹ Sobre essa questão, ver as análises de Lucídio Bianchetti (2006, p. 12-28).

²² Mirian Warde, que tinha sido indicada pelos coordenadores e pela Diretoria da ANPEd representante da área junto à CAPES, exercia essa função desde 1994 e, após a crise da avaliação de 1998, renunciou.

²³ Esse documento foi aprovado pelos coordenadores na 10ª reunião do Fórum, realizada durante a 22ª Reunião Anual (Caxambu, 1999), e publicado em *A avaliação da pós-graduação em debate* (ANPEd, 1999, p. 49-63).

²⁴ Nessa ocasião, os coordenadores indicaram como representantes da área José Silvério Baía Horta (UFF) e Maria Célia Marcondes de Moraes (UFSC), efetivamente nomeados pela CAPES.

os coordenadores construíram entendimentos acerca da indicação de nomes para a representação da área junto à CAPES.²⁵ Sem dúvida, a problemática da avaliação da CAPES, se, de um lado, consumiu a maior parte do tempo de reuniões dos coordenadores, por outro lado contribuiu significativamente para dar mais autonomia ao Fórum e, ao mesmo tempo, maior integração dessa instância com a Diretoria da ANPEd.

Em outubro de 2001, por ocasião da 24ª Reunião Anual da ANPEd, o Fórum, sob a coordenação de Marcos Correia da S. Loureiro, voltou a reunir-se em Caxambu (14ª reunião) e a análise dos resultados da avaliação do triênio 1998-2000 incendiou as discussões. O Fórum posicionou-se diante do CTC da CAPES, que tinha rebaixado os conceitos atribuídos pela comissão de avaliação da área de educação. Três deliberações foram tomadas: encaminhamento de moção à assembléia da ANPEd, de inconformidade com o resultado da avaliação trienal; apoio ao teor da carta da presidência da ANPEd, Nilda Alves, aos membros do CTC da CAPES; e solidariedade ao representante da área e aos demais membros da Comissão de Avaliação. É de destacar-se, nesse encontro, como reação aos critérios da CAPES, a criação de um grupo de coordenadores, denominado Grupo Gestor, com a tarefa de elaborar um modelo alternativo de avaliação, que deveria ser discutido com outras áreas, depois de aprovado pelo Fórum. Antônio Joaquim Severino (USP), Clarilza Prado (PUC-SP) e Osmar Fávero (UFF) foram indicados para compor o Grupo Gestor (ANPEd, 2001).

A gestão coordenada pelos professores José Pedro Boufleuer e Marcos Corrêa Loureiro ficou marcada pelo processo de institucionalização do Fórum, o que ocorreu em duas frentes de ação: pela participação apenas dos sócios institucionais em suas reuniões e pela elaboração do regimento interno. A primeira linha de ação foi intimamente articulada com a Direto-

ria da ANPEd que, para isso, teve que estabelecer critérios para a associação dos programas e agilizar os processos de associação pendentes. Essa institucionalização, embora tenha suscitado insatisfações por parte dos programas que não haviam providenciado a sua vinculação formal à ANPEd, permitiu que se estabelecesse também o regimento interno do Fórum. Foi assim que, com base em indicativo da reunião de outubro de 2001, a coordenação do Fórum apresentou, em abril de 2002, na 15ª reunião, no Rio de Janeiro, uma primeira proposta de regimento. Considerada genérica pelos participantes, foi solicitada nova versão, na qual deveria constar uma definição mais objetiva das atribuições e da estrutura do Fórum. Na sua 16ª reunião, realizada por ocasião da 25ª Reunião Anual da ANPEd (Caxambu, setembro de 2002), foi aprovado o *Regimento Interno do Fórum dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação*, redigido pelos próprios coordenadores e submetido à apreciação da assembléia geral da ANPEd nessa mesma reunião anual. Esse regimento, de um lado, outorga ao Fórum – enquanto “uma instância permanente de organização dos sócios institucionais da ANPEd” – a possibilidade de realizar algumas iniciativas autônomas como: “Buscar uma articulação permanente com a representação da área de educação junto à CAPES com vista à qualificação das ações de coordenação e de avaliação dos programas” (art. 2º, objetivos do Fórum, III) e “Agir junto às agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação, buscando garantir e otimizar os apoios necessários ao desenvolvimento científico na área da educação” (art. 2º, objetivos do Fórum, IV).

De outro lado, recomenda o regimento cautela às manifestações autônomas do Fórum. Isso pode ser visto em, pelo menos, dois artigos que lembram ao Fórum o seu lugar e sua função: 1) “As ações e iniciativas do Fórum se colocam no âmbito dos objetivos da ANPEd sendo desejáveis a articulação e a sintonia com suas respectivas instâncias deliberativas” (art. 3º); 2) compete aos dirigentes do Fórum: “Coordenar e articular junto aos coordenadores dos programas, e em entendimento com a Direção Geral

²⁵ A partir da indicação dos Programas de Pós-Graduação em Educação, a CAPES nomeou Maria Célia Marcondes de Moraes como representante da área.

da ANPED, as ações previstas no âmbito dos objetivos do Fórum” (art. 5º, II). Na verdade, o Fórum permitiu a si mesmo uma certa autonomia, mas administrada. Nessa mesma 14ª reunião foi eleita a nova coordenação do Fórum: Antônio Carlos do Nascimento Osório (UFMS) e Rita Vieira de Figueiredo (UFC).

Pelos documentos analisados, vê-se que o Fórum, criado por iniciativa dos próprios coordenadores em 1993, três anos depois, em 1996, reconhecido formalmente pelo estatuto da ANPED, só consegue definir melhor sua configuração específica em 2002, com a aprovação de seu regimento interno. Sua autonomia mostrou-se forte e expressiva quando, por meio de seu coletivo, se envolveu com determinação na defesa dos interesses vitais da pesquisa e da pós-graduação. As tensões e as articulações vividas pelo Fórum por ocasião das avaliações bienais ou trienais da CAPES demonstram isso. Contudo, mesmo com a aprovação de seu regimento interno, de certa maneira acanhado; com a presença atuante da Diretoria da ANPED em reuniões específicas do Fórum; com o aumento significativo de novos sócios institucionais; com a constante rotatividade dos coordenadores de programas nas universidades federais e estaduais; e com uma virtual acomodação da coordenação e dos membros participantes, o Fórum viveu momentos de crise e de mal-estar nos anos seguintes.

Anos de contemporaneidade: o Fórum e suas tentativas de garantir autonomia (2002-2006)

Foram realizadas quatro reuniões do Fórum sob a coordenação de Antônio Carlos Osório. Nas duas primeiras (26ª, Rio de Janeiro, maio de 2003, e 27ª, Poços de Caldas, outubro de 2004) houve um encontro com a representação da área junto à CAPES, discussão sobre o modelo alternativo de avaliação, sob a coordenação do Grupo Gestor, e encontro com a comissão de avaliação dos periódicos. Na ocasião, Carlos Roberto Jamil Cury tinha sido indicado presidente da CAPES, representando esperança de dias melhores

para os programas de pós-graduação e para a educação brasileira.²⁶

Em relação à 19ª reunião (Rio de Janeiro, agosto de 2004), há dois relatos que se complementam, vindo de maneiras diferentes a mesma coisa e, ao mesmo tempo, indicando tensões entre Fórum e Diretoria da ANPED. Do primeiro relato, elaborado pelos coordenadores da reunião, Antônio Carlos Osório e Luís Carlos Sales (da UFPI, que tinha substituído Rita Vieira de Figueiredo na vice-coordenação), destacou-se: a indicação de Robert Verhine como representante da área junto à CAPES, bem como da comissão que assessorará a representação no próximo triênio; e a criação, a partir da insatisfação dos coordenadores, de um grupo de trabalho para reestudar o caráter do Fórum, com base no regimento interno (ANPED, agosto de 2004). O segundo relato, “Ações do Fórum de Programas de Pós-Graduação em Educação – Sócios Institucionais (Eduforum)”, publicado em *Relatório de Atividades* (ANPED, dez. 2003/nov. 2004), apresenta sobretudo suas informações e ações, tais como: campanha para ampliar o número de associados; ampliação do número de trabalhos nas reuniões anuais da ANPED; participação da ANPED na elaboração do V PNPg; formação de editores na área de educação; participação da representante da área, Maria Célia Marcondes de Moraes, com os informes sobre o processo de avaliação dos programas; número de trabalhos aprovados nos seminários regionais de pesquisa; perfil do representante da área. É de observar-se, ainda, nesse último relato, a seguinte afirmação: “O

²⁶ Mas essas esperanças logo se converteram em desalento, porque, depois de oito meses de mandato, o professor Cury entrou com um pedido de demissão, em caráter irrevogável, junto ao ministro Cristovam Buarque, motivado por problemas de saúde. Posteriormente acrescentou que a renúncia ao cargo foi desencadeada também por outros fatores: “Os grandes problemas foram a rarefação do pessoal, algumas dificuldades advindas da terceirização de determinados serviços, o orçamento estagnado face ao crescimento quantitativo e qualitativo da pós-graduação e o valor apertado das bolsas” (*Revista ADUSP*, nov. 2003, p. 7).

Fórum Nacional dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação é uma instância da Diretoria Ampliada da ANPEd (*sic*). É constituído pelo conjunto dos sócios institucionais que são, estatutariamente, representados pelos coordenadores de programas, e atualmente é coordenado pelo Prof. Antônio Carlos Osório” (*idem*, p. 56).²⁷ Algumas indagações advêm desses registros: por que dois relatos de uma mesma reunião do Fórum? Por que o relato publicado pela Diretoria da ANPEd sente a necessidade de afirmar as características constituintes do Fórum?

O Fórum dos Coordenadores passava por momentos difíceis; seus participantes questionavam sua identidade e autonomia. Era preciso repensar sua configuração, o que começou a realizar-se na 20ª reunião (Caxambu, novembro de 2004, na véspera da 27ª Reunião Anual).²⁸ Três ações merecem destaque nessa reunião, na luta do Fórum para afirmar sua autonomia:

1. o debate da proposta da comissão dos coordenadores regionais sobre o caráter do Fórum. Foi aprovada a alteração do regimento interno em dois artigos: a) suprimir o art. 3º “As ações e iniciativas do Fórum se colocam no âmbito dos objetivos da ANPEd, sendo desejáveis a articulação e a sintonia com suas respectivas instâncias deliberativas”; b) alterar a redação do inciso II do art. 5º, que dizia: “Coordenar e articular, junto aos coordenadores dos programas, e em entendimento com a Direção Geral da ANPEd, as ações previstas no âmbito dos objetivos do Fórum e da ANPEd”. A proposta aprovada suprimia a expressão “e em entendimento com a Direção Geral da

²⁷ O documento utiliza-se do termo “Eduforum” como sigla do Fórum dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação. A sigla Eduforum designava a lista eletrônica dos sócios institucionais, criada na gestão de Jacques Therrien e Elizabeth Silveira, e sediada na UERJ. Eventualmente era utilizada para designar o Fórum dos Coordenadores.

²⁸ Segundo informe da Diretoria da ANPEd, 72 Programas de Pós-Graduação em Educação eram associados.

ANPEd”. Essas propostas foram encaminhadas para a assembléia geral da 27ª Reunião Anual, e apenas o primeiro item, supressão do art. 3º, foi aprovado;²⁹

2. a tensa reunião com a representação da área junto à CAPES, Maria Célia Marcondes de Moraes e sua equipe de trabalho, na discussão sobre a avaliação do triênio 2001-2003. Muitos coordenadores, insatisfeitos com as notas atribuídas aos seus programas, entre outras questões, queriam saber: por que a área da educação não atribuiu nota máxima a nenhum de seus programas? Por que um programa sem nenhuma defesa de doutorado teve nota 6 no triênio?
3. o adiamento da eleição de coordenador e vice-coordenador do Fórum por iniciativa e decisão dos próprios coordenadores. Sentiram eles a necessidade de fazer dessa eleição um fato político do Fórum na luta pela sua autonomia. A eleição se daria no início do próximo ano, a partir do debate das propostas de trabalho dos candidatos.³⁰ (ANPEd, 2004, p. 45-48)

A eleição da nova coordenação do Fórum deu-se realmente no Rio de Janeiro, em março/abril de 2005, em sua 21ª reunião. Anete Abramowicz (UFSCAR) e Ronaldo Lima (UFPA), integrantes da chapa que se candidatou e venceu pela quase totalidade dos votos, defenderam em plenário a proposta de o Fórum dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação assumir sua função política de representação da área, construir uma relação independente e autônoma com a Diretoria da ANPEd, buscar uma articulação permanente com a representação da área junto à CAPES e agir junto às agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação (Abramowicz & Lima,

²⁹ A votação da proposta de alteração do inciso 2º do art. 5º, na assembléia geral, teve o seguinte resultado: 77 votos a favor, 79 contrários e 75 abstenções.

³⁰ O vice-coordenador Luis Carlos Sales (UFPI) e os coordenadores das regionais assumiram interinamente a coordenação do Fórum, com o objetivo principal de organizar, convocar e realizar a eleição do coordenador e vice-coordenador do Fórum em março de 2005.

2006).³¹ Uma primeira decisão da nova coordenação foi propor a realização de um seminário em São Paulo, com o objetivo de buscar alternativas para interferir no cenário público de construção de políticas para a pós-graduação. Os coordenadores dividiram-se em GTs, com as seguintes temáticas: PNPG, mestrado profissional, Grupo Gestor/avaliação alternativa (retomada de um trabalho, de certa maneira interrompido por uma série de atividades pragmáticas e sufocantes das reuniões anteriores); história do Fórum dos Coordenadores. É de destacar-se que, logo após a 21ª reunião, a nova coordenação esteve na sede da ANPED para solicitar à presidente, Betania Leite Ramalho, a desativação da lista do Eduforum, até então ancorada na UERJ, e a criação de outra lista para facilitar a veiculação de informações (ANPED, nov. 2004/out. 2005, p. 90).

Na 22ª reunião do Fórum (São Paulo, setembro de 2005), além de quatro GTs realizarem encontros específicos, parte significativa do tempo foi reservada para a discussão do documento de avaliação alternativa do Grupo Gestor. Aconteceu ainda a primeira reunião com os novos representantes da área junto à CAPES, Robert Verhine e Clarilza Prado. Mas foi na 23ª reunião do Fórum (Caxambu, setembro de 2005, às vésperas da 28ª Reunião Anual da ANPED) que se aprovou o documento elaborado pelo Grupo Gestor “Avaliação da pós-graduação: diretrizes, critérios e indicadores”. Esse documento, iniciado em outubro de 2001, como reação e insatisfação dos coordenadores aos critérios da CAPES que nortearam a avalia-

ção do triênio 1998-2000, após quatro anos de discussão, elaboração e insistência do Grupo Gestor e do Fórum, finalmente veio à luz, aprovado por unanimidade na assembléia geral ordinária da 28ª Reunião Anual da ANPED. A associação tinha em mãos um projeto alternativo de avaliação para dialogar com as outras áreas do saber vinculadas à CAPES, e desenvolver ações propositivas em relação ao processo de avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil. Até os dias atuais, porém, do ponto de vista político, a proposta alternativa é apenas um *flatus vocis*; não foi levada adiante nem pelo Fórum nem pela Diretoria, e não incomodou ninguém.

A 24ª Reunião do Fórum (Brasília, março de 2006), coordenada por Anete Abramowicz, com a participação da nova presidente da ANPED, Márcia Ângela da Silva Aguiar, além do encontro com a representação da área teve como pontos de destaque o debate com Renato Janine Ribeiro, diretor de Avaliação da CAPES, e a apresentação do trabalho de Lucídio Bianchetti “O coordenador do programa de pós-graduação em educação: um burocrata? um gerente? um pesquisador? Os dilemas da administração acadêmico-pedagógico-burocrática dos programas em período de mudança”. Na 25ª Reunião do Fórum (Caxambu, outubro de 2006, véspera da 29ª Reunião Anual da ANPED), além do encontro dos coordenadores com a representação da área junto à CAPES e da exposição do trabalho sobre a história do Fórum,³² os coordenadores reencontraram-se com seus representantes no CNPq.³³ Deveria acontecer ainda nessa reunião a escolha dos novos coordenadores, que, por

³¹ A sigla FORPREd para designar o Fórum dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação foi utilizada nos ofícios da Diretoria da ANPED de 1994 a 1996. Voltou a ser largamente utilizada na gestão de Anete e Ronaldo, 2005-2007. Na gestão de José Pedro Boufleuer e de Antônio Carlos Osório (2002-2004) aparece a denominação “Fórum Nacional dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação”. No estatuto da ANPED, no regimento do Fórum, bem como na maioria dos relatórios de reuniões do Fórum, o nome adotado é Fórum dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação.

³² Foram apresentados e debatidos nessa reunião os três primeiros itens do presente artigo.

³³ A última vez que um representante dos pesquisadores no Comitê Assessor de Educação do CNPq debateu com os coordenadores questões referentes às bolsas e incentivos à pesquisa foi na 10ª Reunião do Fórum, em 1999; a partir daí, as questões referentes à avaliação dos programas pela CAPES tinham monopolizado as reuniões do Fórum.

decisão dos participantes, foi adiada para fevereiro do ano seguinte.

O Fórum dos Coordenadores tinha voltado a ser um espaço de debate autônomo e propositivo, como estabeleciam seus intuítos iniciais, e um *locus* significativo na luta pela pesquisa e pós-graduação em educação, como havia sido em diversos momentos de sua história.³⁴ E em sua 26ª reunião (Brasília, fevereiro de 2007) foram eleitos coordenador e vice-coordenador do Fórum, respectivamente, Sílvio Gallo (UNICAMP) e Maria Clara Bueno Fischer (UNISINOS).

Apontamentos finais

O Fórum e sua luta pela autonomia. A história narrada mostra-nos que a relação entre Fórum e Diretoria da ANPED continua sendo um ponto crítico a ser mais discutido e construído, inclusive estatutariamente. Mostra-nos, ao mesmo tempo, que quando os participantes do Fórum, sob a direção de coordenadores atuantes e por meio de GTs, elaboraram documentos e promoveram debates sobre problemas relacionados à pós-graduação e à educação, quando seus diálogos com representantes da área junto à CAPES, ao CNPq e com representantes das agências de apoio e fomento, foram densos e tensos, o coletivo avançou na afirmação de seu caráter específico no interior da ANPED. Essa maneira de o Fórum constituir-se historicamente confirma a prudente forma de como sua presença foi traçada inicialmente no estatuto da associação, ou seja, em termos genéricos, para que no exercício de sua autonomia pudesse desenvolver melhor suas atividades, vindo a tomar, ao longo do tempo, a conformação que sua dinâmica evidenciasse conveniente (ANPED, 1996, p. 232).

O ciclo das reuniões do Fórum. Entre as diferentes temáticas analisadas em suas reuniões, a avaliação dos programas de pós-graduação foi a mais in-

tensa e extensivamente debatida, a que gerou maiores polêmicas e que mereceu a elaboração de mais documentos. Em especial no último decênio, o Fórum viveu uma dinâmica em sua constituição que se caracterizou como uma dialética *sui generis*: os momentos de avaliação das avaliações transformavam-se em um encontro altamente explosivo com (muitas vezes, contra) o representante da área junto à CAPES e à Comissão de Avaliação. Nas reuniões seguintes, os pontos deficientes comuns apontados pela avaliação, assim como as “novidades” trazidas pela CAPES, eram analisados com mais serenidade, grupos de trabalho eram constituídos para elaborar documentos de estudos e encontros harmoniosos eram desenvolvidos com a nova representação da área junto à CAPES. No final do biênio ou do triênio, com a nova avaliação da avaliação, instalava-se novamente a tensão: os ânimos voltavam a ferver. E, como síntese desafiadora do processo, documentos significativos eram produzidos pelo Fórum referentes à avaliação.

O destino dos documentos do Fórum sobre a avaliação. Conforme se lê na história anterior, pelo menos três documentos sobre a avaliação alternativa foram construídos nas reuniões dos sócios institucionais da ANPED, a partir dos impactos gerados pelas avaliações da CAPES: o primeiro, em 1986, elaborado por Menga Lüdke, Ana Maria Saul e Nicanor Palhares de Sá, e que obteve o apoio da própria CAPES; o segundo, em 1999, escrito por Bernardete Gatti, Marli André, Osmar Fávero e Vera Candau, logo após a avaliação do biênio 1996-1997; o terceiro, em 2005, composto pelo chamado Grupo Gestor, coordenado por Antônio Joaquim Severino e Clarilza Prado, como reação à avaliação do triênio 1998-2000. Certamente esses documentos, enquanto estavam sendo elaborados, serviram de subsídio ao Fórum em seus posicionamentos políticos ante a CAPES. Mas, por que não foram levados adiante? Particularmente o último deles, aprovado pelo Fórum e pela assembléia da ANPED, que pretendia um diálogo com as outras áreas de saber, por que até agora se mostra estranho à ANPED e ao próprio Fórum?

³⁴ Conferir também a avaliação apresentada por Abramovicz e Lima (2006).

A difícil tarefa de coordenar e dirigir o Fórum. É de louvar-se o desprendimento dos coordenadores desse coletivo. Além de dirigirem seus programas de pós-graduação, aceitam a incumbência de dirigir um conjunto de coordenadores, em constante renovação, em momentos repletos de tensão, num difícil diálogo com sua associação e com as agências de coordenação da pós-graduação e de fomento à pesquisa. Dirigir significa também planejar, permanecer, fazer as ações serem conseqüentes. Alguns coordenadores permaneceram no cargo por apenas um ano, a maioria por dois anos, e, embora o regimento interno do Fórum autorize uma recondução ao cargo por mais dois anos, até agora ninguém se propôs a isso. No entanto, é inegável a contribuição desses coordenadores à história e à constituição do Fórum.

Uma nova maneira de conduzir um coletivo? Na reunião da nova coordenação do Fórum, realizada em junho de 2007 em Campinas, os coordenadores nacionais convidaram os coordenadores regionais no intuito do estabelecimento de uma coordenação colegiada, em que as atribuições específicas da coordenação nacional, bem como preservar e potencializar o papel de mediação dos coordenadores regionais junto aos Programas de Pós-Graduação em Educação. A reunião contou também, em um de seus momentos, com a presença da presidente da ANPEd. E na pauta para discussão nos trabalhos de grupo propuseram eles, entre outros, três temas referentes à organização do Fórum: sua identidade e visibilidade dentro da ANPEd; a coordenação colegiada; e reuniões itinerantes. É significativo notar o potencial dessas indicações para o futuro da organização, considerando o início da constituição de outra forma, coordenada e colegiada, de dirigir o Fórum. Penso que a coordenação nacional se sentirá mais fortalecida e integrada; que os coordenadores regionais, a partir das experiências acumuladas de suas bases, terão muito a contribuir, a socializar; e que, provavelmente, o Fórum se fará mais participante e autônomo no interior da ANPEd.

A arte de narrar a sua história. Quis dar a este texto uma composição mais descritiva, com o intuito de fazer um balanço das realizações de cada colegiado em suas respectivas reuniões, numa tentativa de realçar a importância da dimensão coletiva na constituição do Fórum e nas suas relações, mesmo sabendo que nunca se consegue com conceitos e palavras expressar a totalidade do fluir de uma história. Certamente a leitura deste texto proporcionará aos que participaram desses acontecimentos a lembrança de outros momentos frutíferos, aqui não observados. Certamente as análises desenvolvidas entrarão em choque com outras observações sobre os mesmos momentos vividos, pois há outras maneiras de escrever a mesma história e de interpretar os mesmos fatos. Espero que as idéias aqui apresentadas incentivem outros pesquisadores a complementar ou reescrever, pela sua ótica, a história do Fórum. Espero também que a leitura deste texto sirva de intróito aos novos coordenadores de pós-graduação em educação que iniciam sua trajetória como representantes dos sócios institucionais da ANPEd.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVICZ, Anete; LIMA, Ronaldo. *Plataforma Fórum dos Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação (FORPRED)*. São Carlos: ANPEd, mar. 2006 (mimeo.).
- _____. Relatório da gestão março de 2005 a março de 2007. In: REUNIÃO (14 e 15 out. 2006), 2006, São Carlos. *Ata...* São Carlos: Fórum de Coordenadores, 2006 (mimeo.).
- ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. *Boletim ANPEd*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, maio 1983.
- _____. Nota editorial. *Boletim ANPEd*, Niterói, v. 10, n. 2/3, abr./set. 1988.
- _____. *Boletim ANPEd*, Niterói, v. 11, n. 1-2, jan./jun. 1989.
- _____. *Boletim ANPEd*, Porto Alegre, n. 1/2, jan./dez. 1990.
- _____. *Boletim ANPEd*, Porto Alegre, n. 1/2, jan./dez. 1991a.
- _____. *Cadernos ANPEd* (nova fase), Porto Alegre, n. 3, 1991b.
- _____. *Boletim ANPEd*, Porto Alegre, n. 2, out./dez. 1992.
- _____. *Boletim ANPEd*, Belo Horizonte, n. 2, out./dez. 1993.

_____. *Boletim ANPEd*, Belo Horizonte, n. 2, out./dez. 1994.

_____. *Boletim ANPEd*, Belo Horizonte, n. 2, out./dez. 1995.

_____. *Relatório da 19ª Reunião Anual*. São Paulo: ANPEd, 1996.

_____. *Relatório da 20ª Reunião Anual*. São Paulo: ANPEd, 1997.

_____. *Relatório da 21ª Reunião Anual*. São Paulo: ANPEd, 1998.

_____. *Relatório da 22ª Reunião Anual*. São Paulo: ANPEd, 1999.

_____. *Relatório da 23ª Reunião Anual*. Rio de Janeiro: ANPEd, 2000.

_____. *Relatório da 24ª Reunião Anual*. Rio de Janeiro: ANPEd, 2001.

_____. *Relatório da 25ª Reunião Anual*. Rio de Janeiro: ANPEd, 2002.

_____. *Relatório da 26ª Reunião Anual*. Rio de Janeiro: ANPEd, 2003.

_____. *Relatório da 27ª Reunião Anual*. Rio de Janeiro: ANPEd, 2004.

_____. *Relatório de Atividades*. Rio de Janeiro: ANPEd, dez. 2003/nov. 2004.

_____. *Relatório de Atividades*. Rio de Janeiro: ANPEd, nov. 2004/out. 2005.

BIANCHETTI, Lucídio. *Coordenador de programas de pós-graduação em educação: um burocrata? um gerente? um pesquisador?* Os dilemas da administração acadêmico-pedagógico-burocrática dos programas de pós-graduação em educação em período de mudança. S.l.: s.ed., 2006 (mimeo.) [Trabalho apresentado na reunião do Fórum de Coordenadores, realizada na UnB, em março de 2006].

BIANCHETTI, L.; FÁVERO, Osmar. Maria Julieta Costa Calazans: o papel do IESAE e da ANPEd na pós-graduação em educação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 30, p. 151-161, set./dez. 2005 (Entrevista publicada no número especial sobre os 40 anos da pós-graduação em educação).

CALAZANS, Maria Julieta Costa. *ANPEd: trajetória da pós-graduação e da pesquisa em educação no Brasil*. Belo Horizonte: ANPEd, 1995 (Documentos ANPEd).

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Programa de pós-graduação em educação: linhas operacionais: 1975-1976*. Brasília: CAPES, 1975.

_____. *Reformulação do sistema de avaliação da pós-graduação: o modelo a ser implantado na avaliação*. Brasília: CAPES, s.d. (mimeo.).

FERRARO, Alceu Ravanello. A ANPEd, a pós-graduação, a pesquisa e a veiculação da produção intelectual na área de educação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 30, p. 47-69, set./dez. 2005 [Número especial sobre os 40 anos da pós-graduação em educação].

Documentos do Fórum

FÓRUM DOS COORDENADORES DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO. *Relatório da reunião do Rio de Janeiro em agosto de 2004*. Rio de Janeiro: ANPEd, 2004 (mimeo.).

_____. Ações do Fórum de Programas de Pós-Graduação em Educação – sócios institucionais (Eduforum). In: ANPEd. *Relatório de Atividades*. Rio de Janeiro: FORPREd, dez. 2003/nov. 2004.

_____. *Ata de Reunião de 14 e 15 de outubro de 2006*. Rio de Janeiro: FORPREd, 2006 (mimeo.).

_____. *Ofício da Coordenação do FORPREd ao Representante da Área de Educação na CAPES*. Rio de Janeiro: FORPREd, 1 abr. 2005.

_____. *1ª Reunião das coordenações regionais do FORPREd com a coordenação nacional*, Campinas: UNICAMP, 21 e 22 jun. 2007 (mimeo.).

BRUNO PUCCI, doutor em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), é professor titular da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação, no qual coordena o grupo de estudos e pesquisa Teoria Crítica e Educação. Publicou, com Valdemar Sguissardi e Newton Ramos de Oliveira, *O ensino noturno e os trabalhadores* (São Carlos: Editora da UFSCAR, 1994); com Antônio Álvaro Soares Zuin, *A pedagogia radical de Henry Giroux: uma crítica imanente* (Piracicaba: Editora da UNIMEP, 1999); com Newton Ramos de Oliveira e Antônio Álvaro Soares Zuin, *Adorno: o poder educativo do pensamento crítico* (Petrópolis: Vozes, 2000); organizou *Teoria crítica e educação* (Petrópolis: Vozes, 1994; 2. ed. 1995); A filosofia e a música na formação de Adorno (*Educação e Sociedade*, v. 24, n. 83, p. 377-389, ago. 2003). É pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), atualmente desenvolvendo o projeto “Teoria crítica, novas tecnologias e educação escolar”. E-mail: bpucchi@unimep.br

Recebido em abril de 2007

Aprovado em julho de 2007

Anexo – Coordenadores e vice-coordenadores do Fórum

Coordenadores/vice-coordenadores	Universidades	Períodos
Neidson Rodrigues José André Angotti	UFMG/UFSC	abr. 1993/set. 1993
Mirian Jorge Warde Robert Verhine	PUC-SP/UFBA	set. 1993/set. 1995
Jacques Therrien Elisabeth Silveira	UFC/UERJ	set. 1995/set. 1997
Jésus de Alvarenga Bastos Maria Célia Marcondes de Moraes	UFF/UFSC	set. 1997/set. 1998
Eunice Trein Valeska Fortes de Oliveira	UFF/UFMS	set. 1998/set. 1999
Vera Maria de Sousa Nigro Placo Marcos Villela Pereira	PUC-SP/UFPEL	set. 1999/set. 2000
José Pedro Boufleuer Marcos Corrêa da S. Loureiro	UNIJUI/UFG	set. 2000/ set. 2002
Antônio Carlos do Nascimento Osório Rita Vieira de Figueiredo – substituída por Luis Carlos Sales em outubro de 2003	UFMS/UFC/UFPI	set. 2002/nov. 2004
Luis Carlos Sales Coordenador dos Fóruns Regionais	UFPI	nov. 2004/mar. 2005
Anete Abramowicz Ronaldo Lima	UFSCar/UFPA	mar. 2005/fev. 2007
Sílvio Gallo Maria Clara Bueno Fischer	UNICAMP/UNISINOS	fev. 2007/...